

RESENHA:

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e Psicologia Feminista**.
Salvador: Devires, 2017.



**INTERSECCIONALIDADE
E PSICOLOGIA FEMINISTA**
CONCEIÇÃO NOGUEIRA

As intersecções das diferenças: feminismos e questões metodológicas

HENRIQUE LUIZ CAPRONI NETO*

Conceição Nogueira é Doutora em Psicologia Social, professora da Universidade do Porto em Portugal. Sua tese defendida em 1997 foi a primeira tese feminista de Portugal. Trabalha com a Psicologia feminista articulando gênero e cidadania.

O livro *Interseccionalidade e Psicologia Feminista* é resultado de sua prova de livre docência em Portugal. Divide-se em três partes: a primeira faz uma breve caracterização do feminismo, suas ondas e epistemologias; a segunda foca as influências do feminismo na psicologia social; e a terceira trata da interseccionalidade.

O objetivo do livro é evidenciar como teorias e epistemologias feministas influenciaram os estudos de gênero, as influências que marcaram a psicologia feminista e traçar um breve histórico do conceito de interseccionalidade. A autora inicia discutindo as ondas no feminismo. A primeira se caracteriza pelas reivindicações das mulheres quanto aos direitos civis e políticos repercutindo na psicologia como os estudos de mulheres, diferenças essenciais e papéis de homens e mulheres.

Na segunda, há uma ideia central de opressão feminina em diversas esferas públicas e privadas, inclusive na ciência. Isso influenciou a psicologia pela perspectiva empiricista incidindo

principalmente na tentativa de questionar vieses sexistas e andrôcentricos. As teorias dessa onda podem ser subdivididas em: feminismo liberal, feminismo marxista, feminismo radical, feminismo cultural e o negro.

O feminismo de terceira onda se baseia principalmente nas epistemologias pós-modernas, pós-estruturalistas, anti-essencialistas e no feminismo negro. Foram as mulheres negras que inauguraram essa onda questionando a mulher universal. Existem variadas perspectivas como a interseccionalidade, as teorias pós-estruturalistas, a pós-colonial e a agenda das jovens feministas, mas o que elas têm em comum: a diferença, a desconstrução e a descentralização.

Dessa forma, compreendendo o gênero como performativo de modo que se pode dizer fazer o gênero. Na terceira onda, há a possibilidade de exercer um posicionamento feminista crítico que não rejeite a materialidade (ainda que instável e flexível) e não desconsidera possibilidades de intervenção na investigação psicológica, nos movimentos sociais e na política.

Em busca da psicologia feminista crítica, começou-se a considerar outros marcadores sociais e a diversidade de experiência entre as mulheres, pois outros regimes de poder, como raça, sexualidade, podem interagir ou suplantam as desigualdades criadas pelo gênero sendo que o feminismo negro foi

relevante ao enfatizar as diferenças entre as mulheres.

Nesse contexto, a teoria da interseccionalidade é fruto da terceira onda, pelo fundamento na diferença e pelo descentramento dos discursos dominantes e que para Nogueira (2017) deve ser crítica, não se prender ao binário de gênero, reafirmar a necessidade da intersecção múltipla de pertenças, e comprometer-se com a política e reais de mudanças, pois considera o inter-relacionamento das formas de opressão bem como as matrizes de privilégio/opressão.

Como a identidade pessoal é interseccionada por vários marcadores de diferença, a política de alianças, trabalhando com categorias negociáveis e provisórias, pode ser a resposta política, e a teoria da interseccionalidade uma resposta teórica pela questão da diversidade dentro do grupo de mulheres e também dentro do grupo de homens.

A teoria da interseccionalidade tem uma longa história começando principalmente na desestabilização da categoria universal “mulher” por feministas negras e foi popularizada por Kimberle Crenshaw:

Como ela referia, a experiência interseccional é maior do que a soma do racismo e sexismo e qualquer análise que não tome a interseccionalidade em conta não consegue de forma correta ter em consideração as formas particulares de subordinação de muitas mulheres, particularmente as mulheres negras, que eram o alvo de sua preocupação (p. 146)

Essa teoria, assim, tem uma visão multiplicativa da identidade: “em vez de se perceber a identidade como acúmulo de pertenças ‘mulher+branca+heterossexual’, é necessário analisar a identidade sendo contextualizada do tipo ‘mulherxbrancaxheterossexual’” (p. 147). Trabalhar com interseccionalidade significa a recusa da essencialização, a inter-relação

entre opressões e privilégios e o elemento contextual.

A autora também destaca os desafios metodológicos para captar a complexidade da interseccionalidade de modo que qualquer abordagem, quantitativa ou qualitativa, permita aumentar o conhecimento que beneficie grupos oprimidos e que, na perspectiva da psicologia feminista, seja emancipadora. Cita Leslie McCall, em seu texto *The Complexity of Intersectionality* de 2005, que apresenta três abordagens que podem ser utilizadas com uma lógica interdisciplinar, perante o desafio da complexidade interseccional. Essas três abordagens são denominadas anticategorial, intracategorial e aintercategorial.

A abordagem anticategorial desconstrói as divisões categorias, sendo a desconstrução das categorias vista como parte relevante na desconstrução da desigualdade, buscando uma abordagem holística na compreensão da interseccionalidade. Os métodos utilizados são as biografias, histórias de vida, narrativas de um único sujeito ao permitir conhecer as experiências concretas dos sujeitos em contexto.

A abordagem intracategorial não rejeita completamente as categorias pois nota sua relevância para a compreensão da experiência, mas também reconhece seus limites. As categorias são utilizadas para denominar grupos não estudados em nós de intersecção, e busca mostra o leque de diversidade do grupo, sendo central o processo pelo qual são produzidas.

A abordagem intercategorial (ou categorial) se preocupa especialmente com a natureza das relações entre os grupos sociais e a forma como elas estão mudando, usam as distinções categoriais para documentar a desigualdade ao longo de múltiplas dimensões e buscam medir a mudança ao longo do tempo. É uma análise multigrupal e o método é comparativo utilizando-se de

grandes estudos estatísticos que trabalham com efeitos de interação, multinível e hierárquico.

Na pesquisa interseccional, busca-se uma postura plural e inclusiva em termos metodológicos e epistemológicos, podendo levar inclusive a inovações teóricas e metodológicas.

Pesquisar interseccionalidade pode ser considerado um desafio haja vista a dificuldade de condução de pesquisas em áreas nas quais a tradição quantitativa é forte.

É importante considerar a dificuldade de incorporar várias identidades, pertencas ou diferenças e ao mesmo tempo lidar com a complexidade analítica. Não se espera que se inclua em todas as pesquisas todas as identidades, tendo em vista o interesse, o tema, a causa, os dados, os resultados, os fins políticos que se busca atingir. Outra questão remete a (in) visibilidade interseccional por alguns sujeitos ocuparem localizações subordinadas em várias posições identitárias e não exercerem poder no contexto. Porém, ao estudar apenas os grupos marginalizados, há perigo de não estudar o grupo dominante, podendo enfatizar a sua normatividade. Os métodos qualitativos são defendidos como apropriados para pesquisa interseccional ao se aproximarem da experiência múltipla, pois evidenciam o significado, se atentam para a experiência subjetiva e de como ela está relacionada com o social, dados os componentes estruturais nas identidades dos sujeitos.

Quanto aos problemas da teoria da interseccionalidade, a autora esclarece que uma das grandes dificuldades é o fato de

ainda parecer haver pouca clareza metodológica. Outro problema refere-se ao ponto de mulheres negras terem sido emblemáticas para evidenciar as deficiências das teorizações feministas mais convencionais da segunda onda, sendo perigoso usar a categoria “mulheres negras” como uma unitária e monolítica tendo em vista as diferenças no próprio grupo. O fato da teoria se prender muitas vezes aos grupos marginalizados ou subalternos não tocando nas matrizes de privilégios, pois também deve descrever como privilégios e opressões se interseccionam, compreendendo o privilégio e a opressão como complexos, simultâneos e múltiplos, a teoria pode estabelecer uma concepção mais robusta da identidade e da opressão.

A autora entende que apesar das complexidades e fluidez das categorias, várias instituições estruturam-se por categorias como se fossem fixas e que apesar do gênero ser interseccionado continua uma importante categoria para se investigar ou analisar as desigualdades persistentes. Porém, em termos explicativos, a interseccionalidade pode auxiliar a compreender a complexidades das experiências de modo que análises das desigualdades sociais devem recorrer a interseccionalidade. Para concluir, defende como urgente a interseccionalidade na psicologia como oportunidade para conhecimento de experiências, especialmente as esquecidas, invisíveis ou complexas na sua interseccionalidade.

*Recebido em 2018-12-05
Publicado em 2019-02-06*



* **HENRIQUE LUIZ CAPRONI NETO**
é Mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais.